

# **HISTÓRIA E MEMÓRIA: A “LUTA DO POVO DE ALAGAMAR” COMO UM ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS EDUCATIVAS EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO POPULAR**

Gildivan Francisco das Neves  
Mestre em Educação – PPGE/UFPB  
gildivanneves@hotmail.com

## **Resumo**

A escola não é o único espaço de construção de conhecimentos e saberes no qual os indivíduos aprendem e ensinam, ou seja, existem outros lugares, tais como os movimentos sociais, em que podem ser construídas práticas educativas. Partindo desta premissa, realizamos uma pesquisa na linha de pesquisa em Educação Popular do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal da Paraíba em que nos debruçamos na “Luta do Povo de Alagamar” movimento social ocorrido em Alagamar, comunidade rural situada entre os municípios de Salgado de São Félix e Itabaiana – Paraíba – Brasil. Tínhamos como objetivo analisar, a partir das experiências dos trabalhadores rurais que vivenciaram a ação, as práticas educativas construídas na “Luta do Povo de Alagamar”. Neste artigo, apresentaremos os achados da pesquisa de mestrado, evidenciando o movimento social em estudo como um espaço de sistematização de práticas educativas que dialogaram com uma perspectiva de Educação Popular. Teoricamente estamos situados no campo da História Social em que recorremos ao conceito de experiência em Thompson (1987,1998). Além deste, recorremos aos conceitos de memória em Le Goff (2012), Educação Popular em Carillo (2007) e Movimentos Sociais em Batista (2007). Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa na perspectiva da História Oral e da Pesquisa Documental. A “Luta do Povo de Alagamar” constituiu-se como um espaço de construção de práticas educativas em que a partir de suas experiências e vivências, os trabalhadores rurais, em diálogo com agentes externos, educaram-se mutuamente em uma perspectiva da Educação Popular.

Palavras-chave: História. Memória. Luta do Povo de Alagamar. Práticas Educativas. Educação Popular.

## **Abstract**

The school is not the only area of building knowledge and learning in which individuals learn and teach, ie, there are other places, such as social movements, in which educational practices can be built. On this assumption, we conducted a search in the search line in Popular Education Program Graduate Education - PPGE the Federal University of Paraíba in which we concentrate on the "Struggle of the People of Alagamar the" social movements in Alagamar, rural community located between the cities of São Félix Salgado and Itabaiana - Paraíba - Brazil. We aimed to analyze, from the experiences of rural workers who experienced the action, educational practices built in the "Fight of the People of Alagamar". In this article we present the findings of the master's research, highlighting the social movement as a study space systematization of educational practices that dialogued with a perspective of Popular Education. Theoretically we are situated in the field of social history in which we use the concept of experience in Thompson (1987.1998). Besides this, we used the concepts of memory

in Le Goff (2012), People's Education Carillo (2007) and Social Movements in the Baptist (2007). This is a qualitative research from the perspective of Oral History and Documentary Research. The "Fight of the People of Alagamar" was established as a space for the construction of educational practices in which from their lived experiences, farm workers, in dialogue with external agents, have educated each other in a perspective of Popular Education.

Keywords: History. Memory. People of the fight Alagamar. Educational Practices. Popular Education.

## **Introdução**

Quando nos dedicamos a estudar a História, enquanto uma ciência, percebemos que esta em certos contextos, como no século XIX, negligenciou e/ou silenciou as histórias e as memórias dos homens e mulheres comuns, ressaltando, apenas, os “grandes homens com seus feitos heroicos”. A partir da renovação do campo historiográfico, do alargamento das fontes disponíveis para o historiador é que os sujeitos antes excluídos, denominados “vindos de baixo”, passam a ser visualizados e contemplados pelas pesquisas históricas. Neste grupo, inserimos os trabalhadores rurais.

Contemplar a História e a Memória do campo e dos sujeitos que o constituem é primaz na perspectiva que ao direcionarmos o nosso olhar para este espaço visualizamos capítulos da história do Brasil marcados por lutas, derramamento de sangue, expulsões de propriedades, resistências e reivindicações de direitos. Ao não adentrarmos nas tramas da História, perpassando aquilo que a historiografia tradicional legitimou como sendo a “História Oficial”, deixamos de perceber, por exemplo, os diversos movimentos sociais que foram gestados no campo e que questionaram a estrutura fundiária do país, entre outras pautas. Perscrutar o campo é descortinar os estereótipos que historicamente foram legados para este e que o associam ao lugar do atraso, da inércia, da ausência de saberes, conhecimentos e de vida. Estudar o campo é visualizar

Um terreno social marcado, lamentavelmente, por frequentes assassinatos envolvendo camponeses e assessores, impregnando, em muitos casos, o verde dos campos com o sangue das inúmeras vítimas que tomaram nos conflitos pela democratização da terra neste país (SILVA, 2003, p.33).

Partindo do exposto por Silva (2003) pensamos que urge a construção de uma História que contemple as histórias e memórias dos diversos indivíduos cujo sangue encharcou os pastos verdes que compõem o campo. Foi partindo desta premissa que propomos ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade

Federal da Paraíba – UFPB um projeto de pesquisa<sup>1</sup> que objetivava debruçar-se em um movimento social do campo ocorrido na comunidade rural de Alagamar, situada entre os municípios de Salgado de São Félix e Itabaiana – Paraíba – Brasil e que ficou conhecido como a “Luta do Povo de Alagamar”.

Na verdade, nosso olhar para esta comunidade rural foi ativado durante a nossa graduação em História na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB quando construímos uma monografia<sup>2</sup> em que trabalhamos alguns aspectos atinentes a história e memória da referida localidade. Ao escrevermos a monografia, deparamo-nos com leituras que evidenciavam os movimentos sociais como um espaço em que os indivíduos ensinavam e aprendiam e que evidenciavam que a escola não era o único espaço de construção de saberes e de conhecimentos. Foi partindo destas leituras que direcionamos um projeto de mestrado em que tomamos como objeto as práticas educativas da “Luta do Povo de Alagamar”. Assim, neste artigo, pretendemos apresentar os achados da pesquisa de mestrado, evidenciando o movimento social em estudo como um espaço de sistematização de práticas educativas que dialogaram com uma perspectiva de Educação Popular.

Como veremos, o movimento social em estudo eclodiu no ano de 1975 e para compreendê-lo é interessante tecer considerações acerca da comunidade rural anteriormente a este momento. Antes de 1975, Alagamar era uma propriedade rural pertencente a Arnaldo Maroja constituída por cerca de 13.000 hectares, em que moravam 700 famílias que nesta trabalhavam e desenvolviam suas atividades cotidianas como evidencia o Informativo Arquidiocesano n.83 de 1980.

Um elemento que nos chama a atenção é a quantidade de pessoas que residiam em Alagamar (700 famílias) e que com a morte do Arnaldo Maroja começariam a sofrer ameaças de expulsão das terras. Cabe destacar que percebemos que este elemento foi utilizado, inclusive, por um segmento católico como um elemento para sensibilizar a sociedade para o que estava sendo vivenciando na comunidade rural pelos trabalhadores rurais após o ano de 1975.

---

<sup>1</sup> A pesquisa resultou na dissertação *História e Memória da “Luta do Povo de Alagamar”*: experiências de vida e construção de práticas educativas em diálogo com a Educação Popular orientada pelo professor Dr. Severino Bezerra da Silva.

<sup>2</sup> Monografia que tem por título: *Na Pedagogia de um Movimento Social, uma Escrita da História: agenciando experiências, construindo saberes e fazendo Educação Popular* orientada pela professora Dra. Patrícia Cristina de Araújo Aragão.

Este aspecto pode ser notabilizado na Carta Pastoral Sobre o Compromisso da Igreja com os Fracos e Oprimidos (1978) em que Dom José Maria Pires, ratificando a sua postura e a do seguimento religioso do qual fazia parte frente à situação de Alagamar, bem como explicitando os fatores que o levaram a manifestar apoio à causa, lança para a sociedade uma série de questões, dentre as quais, destacamos a que segue: “Quem tem mais direito de ficar com aquelas terras? As 446 famílias (700 segundo outros) que ali moram e trabalham ou uma dúzia de pessoas abastadas que residem confortavelmente em Pernambuco?” (PIRES, 1978, p.45-46).

É importante ressaltar que a presença dos trabalhadores rurais na condição de foreiros em Alagamar perpassava gerações, sendo assim, muitos dos moradores da comunidade rural haviam nascido, crescido e construído suas relações de sociabilidade tomando como referência esta localidade. Tal aspecto pode ser aferido a partir dos versos de cordel escrito por um trabalhador rural onde consta que: “Nascemos aqui para ficar/ Deus nos deu cobertura” (EXPEDITO FRANCISCO GONÇALVES, 2013, p.8). Os versos evidenciados ajudam-nos a compreender como para os trabalhadores rurais, Alagamar representava o território natal, o lugar de origem e no qual desejavam permanecer. O direito de permanecer na propriedade era estabelecido a partir do pagamento de foro, como observamos no depoimento de um das nossas entrevistadas que segue: “Cada mês eles tinha um ou dois dias para dar para o dono da fazenda, o seu Arnaldo Maroja, e, no final, do ano pagava aquele foro simbólico” (VIDA, 2014).

Esta tranquilidade evidenciada pela depoente e que estava relacionada à possibilidade de plantar e criar animais na propriedade foi interrompida em 1975 com a morte do Arnaldo Maroja que por não ter herdeiros diretos, deixou a “Grande Alagamar” em um testamento para ser vendida e dividida entre 42 herdeiros. Cabe ressaltar que esta liberdade estava permeada por uma série de impedimentos e condicionamentos, como podemos observar no depoimento que segue:

Olhe no tempo do proprietário, a gente só plantava, criar era muito pouco, logo, gado, por exemplo, ele não consentia, a gente não podia criar. Um cavalo para carregar algumas cargas e cabra. Porque quando chegava a época de botar o gado, aqui era meio de mundo de gado. Então só trabalhava mesmo na agricultura. Lavoura permanente ele não consentia não (TERRA, 2013).

Percebemos que a liberdade existente em Alagamar era regida por um arcabouço de limitações e de normatizações do que poderia ou não ser feito. Visualizamos a

existência de uma liberdade que não libertava, mas que aprisionava e subjugava centenas de trabalhadores rurais aos mandos e desmandos de um patrão, sendo construída, como diria Freire (2011), à sombra do opressor.

Frente o rompimento desta rotina que estava estabelecida na comunidade rural e das ameaças de expulsão das terras, os trabalhadores sistematizaram uma ação de resistência em busca dos seus direitos e da manutenção dos costumes e de suas tradições. Centramos-nos nestas ações na perspectiva de perceber como a resistir, ao reivindicar, os moradores partícipes do movimento foram construindo ações educativas que possibilitaram a permanência em Alagamar. Elencamos como problemática de pesquisa, a questão: De que maneira as práticas educativas construídas no âmbito da “Luta do Povo de Alagamar” dialogam com uma perspectiva de Educação Popular?

Existem outros trabalhos que já discutiram Alagamar, tais como *Os Missionários no Campo e as Caminhadas dos Pobres no Nordeste*, dissertação escrita por Marcos Roberto Brito dos Santos e defendida em 2007 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia – UFBA e, também, o trabalho monográfico *Comunicação na Luta de Alagamar (1975-1980): do boca a boca às manchetes dos jornais*, de autoria de Lidiane Maria da Silva, apresentado em 2010, no Curso de Comunicação Social da Universidade Estadual da Paraíba. Nosso trabalho difere destes e de outros que detectamos no sentido em que trabalhamos o movimento social ocorrido em Alagamar articulando sua memória e história com a análise das práticas educativas em interface com uma compreensão de Educação Popular, o que justifica a pertinência do presente artigo neste grupo de trabalhos centrado Educação Popular. Vejamos, então, a metodologia que orientou a nossa pesquisa.

## **Metodologia**

Partindo do objeto, objetivos e problemática que elencamos em nossa pesquisa, situamo-nos no âmbito da pesquisa qualitativa na perspectiva apontada por Gatti e André (2010) e, também, Chizzott (2011), ou seja, de trabalhar com os sentidos e significados que um grupo social atribui para um acontecimento, tendo em vista que através da análise das diversas fontes que constituem o *corpus* de nossa pesquisa visualizamos as narrativas e interpretações que os diversos agentes envolvidos na “Luta do Povo de Alagamar” e, principalmente, os trabalhadores rurais moradores da comunidade rural atribuíram para este evento.

Considerando a abordagem metodológica, para trabalhar com a memória do movimento social recorreremos a História Oral e a Pesquisa Documental. No tocante a História Oral, sabemos que esta pode ser utilizada a partir de três perspectivas, a saber: enquanto uma fonte, uma técnica ou uma metodologia. Em nosso trabalho, optamos por considerá-la enquanto uma metodologia, tendo em vista que a compreendemos enquanto um conjunto de procedimentos e possibilidades que se coloca a disposição do pesquisador, ou seja, “[...], configura-se então, como o fundamento da pesquisa com procedimentos claros” (SANTOS; ARAÚJO, 2007, p.195).

Como propõe Alberti (2004), trabalhar com a História Oral remete ao empreendimento de um exercício em que se busca um equilíbrio entre o ouvir e o contar. Desta forma, torna-se preciso saber escolher a técnica adequada para um contexto e fornecer subsídios para que o entrevistado possa apresentar as suas versões e visões. Assim, selecionamos trabalhar com a História Oral em sua perspectiva temática utilizando como instrumento de coleta de dados às entrevistas semiestruturadas. Como critérios para participação na pesquisa elencamos: ter participado da “Luta do Povo de Alagamar e residir na comunidade rural durante a sistematização e desenrolar deste movimento social. Chegamos, assim, aos dois partícipes: Vida, trabalhadora rural, 52 anos, nasceu em Alagamar e, junto com seus familiares, participou do movimento social, trabalhou como tesoureira no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgado de São Félix e Terra, trabalhador rural, 67 anos, também nasceu em Alagamar, trabalhador rural e atualmente trabalha no mesmo sindicato evidenciado anteriormente.

No tocante a Pesquisa Documental, trabalhamos no sentido de analisar diversos documentos, escritos ou não, que faziam referência a “Luta do Povo de Alagamar”. Para tanto, conceituamos documentos tomando como referência o que Le Goff (2012), denomina de “novo documento”, ou seja, partimos do pressuposto de que os documentos não são apenas registros escritos “oficiais” que se reportam a uma determinada época, mas também diversas formas de registro tais como fotografias, imagens, obras de arte, cordéis, dentre outros. Tais materiais permitem-nos trabalhar com a memória de um acontecimento passado ou com a história dos indivíduos.

Partindo desta compreensão de documento, chegamos ao *corpus*: a Carta Pastoral Sobre o Compromisso da Igreja com os Fracos e Oprimidos; o Informativo Arquidiocesano n.83 de 1980; exemplares de jornais publicados na época do movimento social e que se reportam ao mesmo; e, os cordéis A História de Alagamar em Cordel e A Luta de Alagamar contada em Cordel pelo Poeta Expedito. Para análise

destes materiais operamos no sentido de perceber seus locais de fala, suas intencionalidades, informações que evidenciavam acerca do movimento social em estudo, dentre outros aspectos.

Foi a partir deste caminho metodológico e do nosso aporte teórico que tecemos a nossa leitura da “Luta do Povo de Alagamar” e, em específico, das práticas educativas gestadas neste movimento social. Convidamos o leitor para nas páginas que seguem enveredar por alguns dos achados de nossa pesquisa.

### **Análise dos resultados**

Pensarmos os movimentos sociais é remetermos a um espaço de reivindicações, de busca pela conquista e/ou manutenção de determinados direitos sociais e humanos. Porém, para além do caráter político, tais ações coletivas possuem, também, uma dimensão educacional como evidenciam Gohn (2007, 2009 e 2010). No desenrolar do processo reivindicativo, os sujeitos partícipes, vão construindo experiências que são educativas na perspectiva em que os permitem tecer outras leituras da sua realidade social e histórica, bem como compreender os seus direitos, deveres e perceber o porquê da sistematização do próprio movimento social do qual participam. Partindo desta premissa, chegamos aos seguintes achados acerca das práticas educativas construídas e vivenciadas na “Luta do Povo de Alagamar”.

Um primeiro aspecto a ressaltar é que neste movimento social um elemento essencial foi o diálogo aqui entendido na perspectiva de Freire (1967, 2011), estabelecido tanto entre os trabalhadores rurais partícipes, quanto entre estes e as instituições que se envolveram na ação. Este diálogo tinha como um dos seus principais espaços de efetivação as reuniões que eram combatidas pelos jagunços e policiais.

Partindo das diversas fontes que analisamos, percebemos que as reuniões representavam um espaço de diálogo, de definição de rumos, de planejamento, de decisão de quais caminhos o movimento social iria trilhar. Eram nestes momentos, também, que os trabalhadores rurais dialogavam entre si e com representantes do segmento católico relacionado com a Teologia da Libertação e que esteve presente na “Luta do Povo de Alagamar”. Cabe destacar que estas reuniões eram sistematizadas a partir do método ver, julgar e agir e se constituíam, também, como um espaço de troca de experiências aqui compreendidas na perspectiva de Thompson (1987,1998), e que permitiam um repensar do próprio movimento social.

Outro aspecto que constatamos é que além destes momentos de reuniões existiam outros espaços tais como as feiras, os encontros na frente da capela da igreja católica ou como mencionou nosso entrevistado à sombra de um “pé de trapiá”. Quando o entrevistado nos apresentou este relato, no momento da entrevista nos lembramos de autores como Gohn (2001, 2009, 2010), Brandão (2007, 2012) e Freire (1992, 2011), principalmente no que se referem as suas considerações acerca da Educação Popular, do diálogo e das práticas educativas elaboradas no âmbito dos movimentos sociais.

No instante da gravação da entrevista, compreendemos que estávamos diante do relato de uma prática educativa e dialógica empreendida no âmbito da “Luta do Povo de Alagamar”. Tais autores permitiram-nos pensar à sombra do “pé de trapiá” como um espaço educativo, de troca de saberes, experiências e conhecimentos e perceber que a “Educação se manifesta, como é sabido, num imenso leque de espaços e dimensões sociais de que são tecidas as relações do cotidiano” (CALADO, 1998, p.123).

Como Freire (2005) aproveitava o clima proporcionado pela sombra da mangueira e outras árvores que marcaram a sua infância no Recife para estudar e dialogar com seus irmãos e fazer as suas reflexões, dentre outras atividades, foi, também, à sombra de uma árvore que alguns trabalhadores rurais de Alagamar começaram a refletir e a problematizar a sua realidade e a dialogar com um segmento religioso que os acompanharia nos diversos momentos do movimento social.

Analisando nossas fontes, percebemos que os trabalhadores rurais reuniam-se para dialogar acerca do “como”, do “que fazer”, o que nos permite compreender como à medida que iam engendrando o movimento social, que estabeleciam conexões da sua realidade com o que estava ocorrendo em outros espaços, os trabalhadores rurais desenvolviam um processo de decodificação de suas situações, bem como das proibições e restrições que sofriam desde a época do Arnaldo Maroja. Neste sentido, as práticas educativas empreendidas no movimento social cumpriam o papel de decodificação da realidade e de apontamento de outras possibilidades de escrita de suas histórias.

Outro aspecto que observamos, é a existência de uma prática educativa no âmbito da “Luta do Povo de Alagamar” configurada no diálogo entre os trabalhadores rurais de Alagamar com os de outras comunidades rurais, o que pode ser percebido a partir do trecho em que a entrevistada afirma: “vinha pessoas de outro lugar para aprender com a gente ou para ensinar o que a gente ainda não tinha aprendido” (VIDA, 2014).

Quando nos centrávamos nas leituras acerca da Educação Popular e das práticas educativas, ficávamos pensando quais os elementos que nos proporcionariam afirmar ou não a existência de práticas educativas no âmbito da “Luta do Povo de Alagamar” e que dialogavam com os pressupostos da Educação Popular. Ao realizarmos a entrevista com Vida (2014) e esta fez uso da expressão “aprender com a gente ou ensinar”, ratificamos a compreensão de que o movimento social no qual nos debruçamos foi um espaço de tessituras de práticas educativas, práticas educativas que possibilitaram a desapropriação de parcela das terras e a permanência dos trabalhadores rurais. Poderíamos, então, nos questionar de que maneira estas práticas dialogam com uma perspectiva de Educação Popular.

## **Conclusão**

As práticas educativas empreendidas na referida comunidade rural aproximam-se da Educação Popular porque a partir do diálogo entre os diversos segmentos e sujeitos envolvidos no movimento social, buscava-se, sobretudo, a transformação de uma situação. Observamos, assim, que tais práticas tinham um recorte político e ideológico que dialoga com a Educação Popular, aqui entendida como uma proposta educativa pensada com e para o povo (segmentos sociais excluídos historicamente) objetivando a reconfiguração de suas formas de existência e o rompimento com as situações de opressão, rompimento este feito a partir do protagonismo dos próprios sujeitos, antes oprimidos como evidencia Nuñez e Hurtado (1992), Carillo (2007), Brandão (2012), dentre outros.

Neste artigo, procuramos evidenciar em linhas gerais os elementos que discutimos em nossa dissertação e que nos levaram a perceber a existência de práticas educativas na “Luta do Povo de Alagamar”, práticas estas que dialogam com uma perspectiva de Educação Popular.

## **Referências**

- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos Sociais e Educação Popular do Campo: (re)constituindo território e a identidade camponesa. In. ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. JEZINE, Edineide (org.). **Educação e Movimentos Sociais**: novos olhares. São Paulo: Editora Alínea, 2007.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- \_\_\_\_\_. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Reproblematizando o(s) conceito(s) de Educação Popular**. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). Educação Popular Hoje. São Paulo: Loyola, 1998.

- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas**. 4.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- CARRILLO, Alfonso Torres. **Educación Popular: trayectoria y actualidad**. Venezuela: Universidad Bolivariana de Venezuela, 2007.
- Cordel: **A Luta de Alagamar contada pelo Poeta Expedito** escrito por Expedito Francisco Gonçalves;
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. **À Sombra Desta Mangueira**. 7.ed. São Paulo: Olho D'água, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 50.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GATTI, Bernardete. ANDRÉ, Marli. A relevância dos Métodos de Pesquisa Qualitativa em Educação no Brasil. In. WELLER, Wivian. PAFF, Nicolle (orgs.). **Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal e Cultura Política**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época, v.71).
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Educação**. In. ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. JEZINE, Edineide. (orgs.). Educação e Movimentos Sociais: novos olhares. São Paulo: Alínea, 2007.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Questões de Nossa Época, v.5).
- GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal e o Educador Social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleções questões de nossa época, v.1).
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. 6.ed. São Paulo: Unicamp, 2012.
- NUÑES HURTADO, Carlos. **Educar para transformar, transformar para educar, comunicação e educação popular**. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
- PIRES, José Maria. **Do Centro para a Margem**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SANTOS, Sônia Maria dos. ARAÚJO, Osmar Ribeiro de. História Oral: vozes, narrativas e textos. In. **Cadernos de História de Educação**, n.5, jan/fev.2007.
- SILVA, Lidiane Maria da. **Comunicação na Luta de Alagamar (1975-1980): do boca à boca às manchetes de jornais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social). Campina Grande: UEPB, 2010.
- SILVA, Severino Bezerra da. **Assentamentos Rurais: territórios de conflito e sociabilidade camponesa (Um estudo de caso no município de Araruna – PB)**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003. [Tese de Doutorado].
- THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.